

**ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO**

*Coordenação*

# **DIREITO DE INSOLVÊNCIA E PROCESSO**

Editora Quartier Latin do Brasil  
São Paulo, outono de 2023  
editoraquartier@uol.com.br  
 @editoraquartierlatin

**ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (COORD.)**

*Direito de Insolvência e Processo*

São Paulo: Quartier Latin, 2023.

ISBN 978-65-5575-207-6

1. Direito de insolvência. 2. Processos de Insolvência. 3. Processo. 4. Mediação.  
5. Ações. 6. Insolvência Transnacional. 7. *Stay Period*. 8. *Dip Financing*.  
9. Abuso de Direito. I. Título

*Editor*

Vinícius Vieira

*Produção editorial*

José Ubiratan Ferraz Bueno

*Diagramação*

Anderson dos Santos Pinto

*Revisão gramatical*

Studio Quartier

1246985

*Capa*

Anderson dos Santos Pinto

**EDITORA QUARTIER LATIN DO BRASIL**

Rua General Flores, 508

Bom Retiro – São Paulo

CEP 01129-010

Telefones: +55 11 3222-2423; +55 11 3222-2815

Whatsapp: +55 11 9 9431 1922

Email: editoraquartier@uol.com.br

 @editoraquartierlatin

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS.** Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal), com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

## SUMÁRIO

Prefácio por Oreste Nestor de Souza Laspro.....	15
Apresentação por Flávio Luiz Yarshell.....	17

### **I. Possibilidade de Suspensão das Ações de Execução Contra o Devedor Além do Prazo Fixado no Artigo 6º, Parágrafo 4º, da Lei 11.101/2005, 19**

*Cybelle Guedes Campos*

1. Introdução .....	19
2. Do Prazo de Suspensão das Execuções em Face do Devedor – Antes da Reforma Promovida pela Lei 14.112/2020 .....	20
3. Do Prazo de Suspensão das Execuções em Face do Devedor – Após a Reforma Promovida pela Lei 14.112/2020.....	24
4. Suspensão das Ações de Execução por 180 dias, Prorrogáveis, uma única, em Igual Período, é Suficiente?.....	30
5. Possibilidade de Prorrogação do Prazo de Suspensão das Ações de Execução por Mais de uma Vez .....	32
6. Da Possibilidade de Prorrogação do Período de Suspensão das Ações de Execuções nas Recuperações Extrajudiciais.....	35
7. Conclusão .....	37
Referências .....	39

### **II. Mediação nos Processos de Insolvência, 41**

*Elias Mubarak Júnior*

Introdução .....	41
1. Princípios.....	41
1.1. Princípios Clássicos da Relação Contratual .....	42
1.1.1. Princípio da Autonomia de Vontade.....	42
1.1.2. Princípio do Consensualismo Contratual .....	42
1.1.3. Princípio da Obrigatoriedade dos Contratos .....	43
1.2. Princípios Modernos da Relação Contratual .....	43
1.2.1. Princípio da Função Social dos Contratos .....	43
1.2.2. Princípio da Boa-Fé e Deveres Anexos.....	43
1.2.3. Princípio do Equilíbrio Contratual .....	44
2. Métodos alternativos de solução de conflitos.....	45
2.1. Autocomposição .....	46

2.1.1. Negociação e Mediação – Diferenças .....	47
2.2. Conciliação e Mediação .....	48
2.3. Arbitragem .....	49
3. Mediação na Prática de Processos de Insolvência Empresarial .....	49
3.1. Negociação Antecedente.....	49
3.2. Procedimento de mediação em paralelo ao processo de insolvência já distribuído .....	52
3.2.1. Da Confidencialidade.....	53
3.2.2. Respeito à autonomia de vontade das partes.....	53
3.2.3. Respeito à ordem pública e às leis vigentes .....	54
3.3. Principais objetivos da mediação nos processos de Recuperação Judicial.....	54
3.3.1. Conversão da recuperação judicial em extrajudicial .....	55
3.3.2. Discussão e resolução a respeito de valores de crédito na relação de credores .....	56
3.3.3. Alinhamento de interesses para viabilizar a Assembleia-Geral de Credores .....	56
Conclusões.....	57
Referências .....	57

### **III. Insolvência Transnacional: Comentários sobre a Cooperação entre Juízes e Representantes Estrangeiros, 59**

*Arthur Cassemiro Moura de Almeida*

1. Introdução e Contextualização .....	59
2. Elementos de Direito Comparado .....	60
2.1. Sistemas de insolvência transnacional.....	60
2.2. Normas, princípios e diretrizes para a cooperação internacional em insolvência .....	62
3. Cooperação Internacional no Direito Brasileiro .....	66
3.1. Cooperação internacional na Constituição Federal e no Código de Processo Civil.....	66
3.2. Cooperação internacional na Lei de Recuperação de Empresas .....	73
4. Algumas Conclusões.....	77
Referências Bibliográficas.....	79

**IV. O *Stay Period* e a Redação Introduzida pela  
Lei nº 14.112/2020. Regramento e Consequências da Alteração  
Legislativa para o Processo de Recuperação Judicial, 83**

*Tiago Angelo de Lima*

1. Apresentação e considerações iniciais .....	83
2. O <i>stay period</i> na redação original da LRE .....	84
2.1. O § 4º do art. 6º e o prazo improrrogável de 180 dias de suspensão .....	87
3. O <i>stay period</i> no atual regramento .....	90
3.1. A abrangência do <i>stay period</i> na nova regra positivada .....	93
4. O <i>stay period</i> e o plano alternativo de credores .....	95
4.1. Consequências em caso de não aprovação do plano de recuperação judicial dentro do <i>stay period</i> .....	95
4.2. O <i>stay period</i> em caso de apresentação de plano alternativo pelos credores .....	97
5. Suspensão de ações movidas em face do devedor quando da instauração de procedimentos de conciliação e medição anteriores aos processos de recuperação judicial.....	99
6. Alcance das medidas cautelares. Todas as execuções devem ser suspensas?.....	105
7. Considerações finais.....	106
Bibliografia .....	107

**V. A Necessidade da Regularização do Passivo Fiscal como  
Condição para a Concessão da Recuperação Judicial Após a  
Entrada em Vigor da Lei 14.112 de 2020, 109**

*Ana Beatriz Chamon*

1. Introdução .....	109
2. Crédito Tributário na Recuperação Judicial .....	111
3. Posicionamento jurisprudencial .....	117
4. Conclusão .....	123
Bibliografia .....	124

**VI. Análise do Plano Alternativo de Credores à  
Luz dos Princípios do Direito Privado, 125**

*Bruna Adelita Gonçalves*

Introdução .....	125
1. As Quatro Primeiras Fases do Direito de Insolvência Brasileiro: O Sistema Liquidatório-Solutório .....	125

2. Unificação do Direito Privado e Quinta Fase do Direito de Insolvência.....	128
3. O Plano Alternativo de Credores na Recuperação Judicial.....	135
Conclusões .....	145
Referências .....	145

## **VII. Insolvência Transnacional: A Cooperação Internacional como Mecanismo de Desenvolvimento Econômico dos Estados, 147**

*Natália Chiaroni Silveira*

1. Considerações Iniciais: A Relação entre Direito e Desenvolvimento por Max Weber.....	147
2. Contexto Brasileiro e Internacional .....	149
2.1. O Processo de Internacionalização das Empresas Brasileiras.....	149
2.2. Avanços das Diretrizes sobre Insolvência Transnacional.....	151
3. Conceitos de Insolvência Transnacional e o Modelo Adotado pelo Brasil.....	155
4. A Cooperação e a Ideia de Complementaridade entre Autoridades de Diferentes Jurisdições.....	156
4.1. A Cooperação Internacional no Código de Processo Civil de 2015.....	156
4.2. A Cooperação Internacional em Planos de Recuperação e Regimes de Resolução Bancária .....	157
4.3. A Noção de Complementaridade Institucional entre Arbitragem e o Poder Judiciário .....	159
5. Considerações Finais .....	162
Referências Bibliográficas.....	163

## **VIII. Credores estratégicos, legalidade, precedentes e reforma da Lei 11.101/2005, 167**

*Fernando Barboza Dias*

1. Introdução .....	167
2. Quadro normativo do tratamento de credores na recuperação judicial (antes da reforma da Lei 14.112/2020).....	169
3. Precedentes antes da reforma da Lei 11.101/2005.....	175
3.a. Tribunal de Justiça de São Paulo .....	175
3.b. Superior Tribunal de Justiça.....	181
4. Alterações promovidas pela Lei 14.112/2020 – nova redação do artigo 67, parágrafo único, da Lei 11.101/2005 .....	182
4.a. Precedentes depois das alterações pela Lei 14.112/2020.....	187

5. Conclusões.....	188
Bibliografia .....	190

## **IX. Empresas em Crise e Arbitragem: Um Diálogo Possível?, 193**

*Daniel Luiz Yarshell*

1. Premissas, justificativas e objetivos.....	193
2. Menos “se” e mais “como”: das alterações na lei de recuperação judicial e falências e da possibilidade de convivência entre institutos.....	195
3. Preservação da empresa e sua função social: da atemporalidade desses princípios, importantes vetores hermenêuticos a ser considerados na recuperação judicial. Da necessidade de coordenação ....	199
4. Segue: da necessidade de coordenação entre diferentes jurisdições .....	201
5. Algumas questões práticas .....	204
5.1. Institutos específicos da empresa em crise e a competência residual.....	204
5.2. Das hipóteses previstas no art. 50 da LRF .....	205
5.3. Deliberação sobre atos de constrição ou alienação de bens da sociedade recuperanda ou falida.....	207
5.4. Definição sobre o valor, titularidade e (re)classificação de créditos.....	208
5.5. Nomeação e substituição do Administrador Judicial.....	212
5.6. Crimes falimentares .....	212
6. Conclusão .....	213
Bibliografia .....	215

## **X. Insolvência Transnacional: Uma Análise do Sistema de Insolvência Empresarial Brasileiro à Luz da Lei Modelo da Uncitral, 217**

*Letícia Marina da Silva Moura*

1. Os Modelos de Insolvência Empresarial Transfronteiriça e a Superação do Binômio entre o Universalismo e o Territorialismo.....	219
2. Os Aspectos Processuais e Principiológicos Relevantes da Adoção da Lei Modelo da Uncitral .....	224
2.1. Os Princípios Basilares na Aplicação Prática do Capítulo VI-A da Lei nº 11.101/2005.....	224
2.2. Da Jurisdição Internacional, Competência e Reconhecimento de Processos Estrangeiros.....	229
Considerações Finais .....	232
Referências bibliográficas .....	237

## **XI. O Financiamento das Empresas em Recuperação Judicial.**

### **O *Dip Financing*, 241**

*Gilberto Giansante*

1. Introdução .....	241
2. Contexto Histórico do <i>Dip Financing</i> .....	242
3. O <i>Dip Financing</i> e sua Introdução na Legislação Brasileira .....	243
4. A Evolução da Legislação Brasileira .....	245
5. Do Financiamento do Devedor e do Grupo Devedor Durante a Recuperação Judicial – Lei 14.112/2020 – Seção IV-A .....	249
6. Da Regra de Transição da Lei 14.112/2021 e da Extraconcursionalidade do Art. 84, Inciso I “B” .....	259
7. Conclusão .....	261
Bibliografia .....	261

## **XII. As Ferramentas Disponibilizadas aos Credores com a Reforma da Lei 11.101/2005 para Atuação nas Recuperações Judiciais, 263**

*Leandro Ferreira Maioli*

1. Introdução .....	263
2. As Ferramentas Disponibilizadas aos Credores pela Lei 14.112/2020.....	268
2.1. Propositura do Plano de Recuperação Judicial pelos Credores .....	268
2.2. Maior Fiscalização do Devedor .....	272
2.3. Disposição sobre Voto Abusivo.....	274
2.4. Dever de Informar Cessão de Crédito .....	276
2.5. Limitação do Prazo para Suspensão da Assembleia Geral de Credores....	277
2.6. Condições Diferenciadas a Credores Fornecedores .....	279
2.7. Novos Requisitos da Petição Inicial .....	280
3. Conclusão .....	281
Referências bibliográficas .....	282

## **XIII. Análise Acerca da Limitação da Prorrogação do *Stay Period* Introduzida pela Reforma da Lei 11.101/2005.**

### **Plano Alternativo de Credores, 283**

*Maria Izabel Vieira*

1. Introdução .....	283
2. Contexto da Alteração – <i>Stay period</i> .....	284
2.1. Antes da Reforma: conceito, ideal normativo, prática processual e entendimento jurisprudencial .....	284
2.2. Pós-reforma: avanço legislativo em harmonia com o entendimento jurisprudencial adotado .....	288

3. Apresentação do Plano Alternativo de Credores: nova possibilidade de prorrogação do <i>stay period</i> , além da prevista no §4º, art. 6, da Lei 11.101/2005 .....	290
4. Conclusão .....	296
Referência Bibliográfica .....	297

#### **XIV. Considerações sobre a Recuperação Judicial dos Produtores Rurais após a Entrada em Vigor da Lei nº 14.112/2020, 299**

*Carlos Alberto Junqueira de Andrade Garcia*

1. Introdução .....	299
2. Legitimidade dos Produtores Rurais Pessoas Naturais para o pedido de recuperação judicial .....	301
3. Posicionamento predominante até a entrada em vigor da Lei nº 14.112/2020 .....	303
4. Alterações trazidas pela Lei nº 14.112/2020 .....	304
4.1. Documentos comprobatórios da atividade rural .....	304
4.2. Possibilidade de apresentação de plano especial .....	306
4.3. Créditos Sujeitos à recuperação judicial dos produtores rurais .....	307
5. Considerações finais .....	312
Referências .....	313

#### **XV. Juízo de Admissibilidade e Perícia Prévia na Recuperação Judicial, 315**

*Carlos Leonardo Nunes Ferreira da Silva*

1. Introdução .....	315
2. Limites de cognição da decisão que defere o processamento da recuperação judicial .....	317
3. Condições da ação e pressupostos processuais na recuperação judicial .....	323
3.1. Teoria da asserção .....	325
4. Perícia prévia: da construção jurisprudencial e doutrinária ao art. 51-A, da LRE .....	326
4.1. Dualismo pendular .....	327
5. A construção jurisprudencial .....	329
5.1. O art. 51-A, da LRE .....	333
6. Críticas e resultados .....	334
6.1. Risco de captura .....	335
6.2. Resultados .....	336
7. Conclusão .....	338
Referências bibliográficas .....	338

## **XVI. Supressão de Garantias Pessoais em Recuperação Judicial: Riscos ao Mercado de Crédito, 341**

*André Luiz Marcassa Filho*

1. Introdução .....	341
2. Disponibilidade do direito dos credores à garantia pessoal recebida do devedor – Concordância do credor detentor da garantia pessoal .....	344
3. Precedentes do STJ acerca da possibilidade de supressão das garantias pessoais sem a concordância do credor detentor da garantia pessoal.....	345
4. Riscos gerados pelos referidos precedentes jurisprudenciais – Extinção das ações individuais movidas por credores detentores de garantias pessoais contra os terceiros garantidores de empresas em recuperação judicial.....	348
5. Riscos gerados pelos referidos precedentes jurisprudenciais – Aprovação do Plano de Recuperação independente da participação diligente no credor detentor da garantia pessoal no processo de recuperação judicial.....	350
6. Posicionamento da 2ª Seção do STJ – Prevalência da tese da supressão das garantias pessoais somente em caso de concordância expressa do credor detentor da garantia pessoal em Assembleia .....	359
7. Do acerto do posicionamento da 2ª Seção do STJ – Necessidade de distribuição dos sacrifícios decorrentes da recuperação judicial entre credores e os sócios da recuperanda.....	366
8. Conclusão .....	370
Bibliografia .....	372

## **XVII. Apontamentos sobre a Competência em Processos de Recuperação Judicial, 373**

*Thiago Dias Costa*

1. A importância da definição da competência em procedimentos concursais .....	373
2. A competência para o processamento da recuperação judicial .....	374
2.1. Natureza da competência .....	376
2.2. Principal estabelecimento e interpretação jurisprudencial.....	378
2.3. Controvérsias quanto à universalidade do juízo .....	379
3. Os conflitos de competência na recuperação judicial .....	381
3.1. Extraconcursalidade e atos expropriatórios .....	381
3.2. Extensão e profundidade da cognição no procedimento de verificação de créditos.....	385
3.3. Eleição de foro, arbitragem e competência do juízo recuperacional.....	387
Bibliografia .....	389

**XVIII. *Cram Down*, Abuso de Direito e o  
Papel do Magistrado Frente à Decisão Assemblear  
sobre o Plano de Recuperação, 391**

*Raissa di Carlo Carvalho Oliveira*

1. Introdução .....	391
2. Breves notas sobre função e natureza jurídica da recuperação judicial .....	392
3. A aprovação do plano de recuperação judicial .....	395
3.1. Aprovação por omissão dos credores .....	396
3.2. Aprovação pela assembleia geral de credores .....	396
3.3. Aprovação por decisão judicial: o <i>cram down</i> .....	400
4. Papel do magistrado frente à deliberação da assembleia geral de credores acerca do plano de recuperação judicial .....	404
4.1. Papel homologatório do Poder Judiciário .....	405
4.2. Papel decisório do Poder Judiciário .....	406
4.3. O abuso de direito .....	409
4.4. O papel do magistrado frente ao exercício abusivo do direito (do credor ou do devedor) .....	411
5. Considerações finais .....	416
Referências .....	418

**XIX. A Saga da Contagem de Prazos na  
Recuperação Judicial, 421**

*João Pedro Kunzler*

1. Breve Introdução e considerações acerca das alterações na Lei de Recuperação Judicial e Falência .....	421
2. Vigência do Código de Processo Civil de 2015 e as alterações na contagem dos prazos processuais. ....	423
3. A contagem dos prazos dispostos na Legislação Concursal .....	425
4. Agravo de Instrumento na Recuperação Judicial .....	433
5. Prazos para interposição de recursos: contagem em dias úteis ou corridos? .....	436
6. Conclusão .....	442

**XX. A Mediação Antecedente no Processo Recuperacional:  
Uma Análise do §1º do Inciso IV do Artigo 20-B da Lei  
11.105/2005, Introduzido pela Reforma Realizada pela  
Lei 14.112/2020, 445**

*Flávio Mendonça de Sampaio Lopes*

1. Introdução .....	445
---------------------	-----

2. Os Objetivos da Reforma .....	447
3. Requisitos Previstos na Lei 11.101/2005 para o Deferimento da Tutela Cautelar Decorrente da Mediação Pré-Processual na Recuperação Judicial.....	451
3.1. Dos Requisitos Previstos na LRF para a Tutela de Urgência .....	451
3.2. Dos Requisitos Previstos no Código de Processo Civil para a Tutela de Urgência.....	454
4. A Observância ao Regramento do Código de Processo Civil na Cautelar Antecedente do § 1º do Art. 20-B.....	458
4.1. A Impossibilidade de Realização de Constatação Prévia no Âmbito da Cautelar Antecedente.....	458
4.2. O Prazo para Ajuizamento da Ação Principal .....	460
4.3. A Impossibilidade de Concessão de Medidas Diversas da Prevista no Art. 20-B, §1º .....	463
5. Conclusão .....	465
Referências Bibliográficas.....	467

## **XXI. O Novo Período de Supervisão e o Momento de Encerramento da Recuperação Judicial, 469**

*Filipe Guimarães*

1. Introdução e Delimitação do Objeto do Estudo.....	469
2. Primeira Questão: Como era a Norma e o que se Entendia Dela.....	470
2.1. O período de supervisão .....	470
2.2. O antigo art. 61 da Lei 11.101/05 como norma de natureza dispositiva .....	472
2.3. O antigo art. 61 da Lei 11.101/05 como norma de natureza cogente – ou “de ordem pública”.....	475
2.4. À guisa de conclusão parcial sobre o estado da arte até a reforma da Lei 11.101/05.....	479
3. Retornando ao Problema: O Aspecto “Material” do Fim do Regime Recuperacional e as Questões de Ordem Prática .....	480
4. A Alteração Promovida pela Lei 14.112/2020 – Do Modelo “O Devedor Permanecerá por 2 Anos” para o “O Juiz Poderá Determinar até no Máximo 2 Anos” .....	483
5. Afinal, que Direitos são Tutelados pela Norma? .....	484
6. Esboço de uma Teoria com Base na Prevalência da Vontade e da Negociação.....	487
Referências .....	496